



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DESPACHO**

**Pedido de Efeito Suspensivo À Apelação**      Processo nº 2260503-95.2025.8.26.0000

Relator(a): **SPOLADORE DOMINGUEZ**

Órgão Julgador: **13ª Câmara de Direito Público**

Vistos.

1- Trata-se de petição apresentada por ----- objetivando com fundamento no art. 1.012, § 3º, inciso I, do CPC/2015, a concessão de efeito suspensivo no recurso de apelação interposto contra a r. sentença que julgou improcedente o pedido (fls. 161/165, Processo nº 1002317-34.2025.8.26.0565, dos autos originários), de forma a manter a tutela de urgência deferida às fls. 66/67 (dos autos originários), até o julgamento da apelação.

Alega a peticionária que “*ingressou com a presente ação de obrigação de fazer, visando afastar a dispensa e determinar sua reintegração ao emprego público com os direitos e vantagens inerentes ao exercício do cargo, além do ressarcimento as vantagens inerentes ao exercício do cargo no período em que permaneceu afastado do trabalho, dentre elas o pagamento dos salários vencidos no período e seus reflexos em FGTS, cômputo para o período de férias e o gozo de férias acrescida de um terço, abonos e demais vantagens que dispunha enquanto empregado, bem como DSR e INSS, verbas estas que devem ser acrescidas de juros e correção monetária, além da integração da média das horas extras e das gratificações ao salário, para todos os fins. Em primeiro grau, o d. juízo deferiu a liminar pleiteada, mas, contudo, sobreveio sentença, julgando improcedente os pedidos do recorrente. Em contestação, a recorrida apenas afirmou, de maneira genérica que a regra da aposentadoria compulsória aos 75 anos se aplicaria ao caso em concreto e, deste modo, correta a posição do município em desligar a recorrente. Além disso, a*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

*notificação foi recebida por um terceiro desconhecido, sem qualquer comprovação de vínculo com a recorrente, o que reforça a ausência de efetiva comunicação. Contudo, a aposentadoria compulsória aos 75 anos atinge exclusivamente servidores do regime jurídico estatutário ou institucional, jamais os celetistas como era o caso da apelante e isto está pacificado pelo STF, vide Recurso Extraordinário com agravo n.º 1.038.037-SP. Assim, sendo a posição do STF uníssona acerca do tema, não pode a Apelada aposentar a apelante compulsoriamente com base em regras que não lhe são aplicáveis. Entretanto, IGNORANDO o entendimento do Superior Tribunal Federal de que é INAPLICÁVEL ao caso da apelante a aposentadoria compulsória, o Juízo a quo JULGOU A DEMANDA IMPROCEDENTE (...). Os requisitos autorizadores para a concessão da liminar estão presentes, o Fumus Boni Iuris: o direito da autora está devidamente demonstrado, conforme os documentos que instruem a presente inicial, em especial, cópias dos documentos fornecidos, em especial de sua CTPS, que demonstram que a autora não se trata de Servidor efetivo, portanto não submetendo ao critério de aposentadoria compulsória adotado. O periculum in mora consiste no fato de que a rescisão contratual da Requerente acarreta notável prejuízo ante a impossibilidade de exercer as funções inerentes ao cargo antes ocupado, valendo ressaltar que a autora se encontra desempregado e necessitando de sua reintegração a fim de reestabelecer condições dignas para sua subsistência e de sua família. Ainda, é fato que caso deferida, a tutela pode perfeitamente ser revertidas e ao final a ação for julgada improcedente com a imputação da suspensão imposta.”*

Assim, não obstante o entendimento do Juízo sentenciante, entendendo que restou demonstrada, no caso, a probabilidade do direito e perigo de dano de difícil ou improvável reparação, requer “seja concedida a TUTELA RECURSAL para assegurar o direito do recorrente.”

**Eis o breve relato.**

Inicialmente, como dispõe o artigo 1.012, § 4º, do CPC:

“Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo.



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*§ 1º Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que:*

*(...)*

*V - confirma, concede ou revoga tutela provisória;*

*(...)*

*§ 4o Nas hipóteses do § 1o, a eficácia da sentença poderá ser suspensa pelo relator se o apelante demonstrar a probabilidade de provimento do recurso ou se, sendo relevante a fundamentação, houver risco de dano grave ou de difícil reparação.*” (d.n.)

Como se vê, a sentença que revoga tutela provisória produz efeitos imediatos, podendo, todavia, a parte apelante postular efeito suspensivo caso haja probabilidade de provimento do recurso ou risco de dano grave ou de difícil reparação.

Prosseguindo, analisando as razões da parte peticionária, bem como a documentação que forma os autos subjacentes, mesmo respeitando o entendimento do Juízo “a quo”, verifica-se, ao menos, nesta via de análise superficial, a presença dos requisitos legais para o deferimento do pretendido efeito suspensivo (art. 1.012, § 4º, CPC).

Com efeito, como já decidido por esta C. Câmara, por ocasião do julgamento do agravo de instrumento n.º 2129792-02.2025.8.26.0000 - interposto pelo Município de São Caetano do Sul contra a decisão de fls. 66/67 do processo originário, por meio da qual se deferiu a tutela antecipada para determinar que a Municipalidade “suspenda os atos de desligamento da autora/rescisão em razão de aposentadoria



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

*compulsória por idade, até julgamento desta ação” – j. 03/06/2025, de minha relatoria (fls.176/186, dos autos originários):*

*“Conforme se extrai dos autos subjacentes, a autora é empregada pública, vinculada ao regime celetista, exercendo a função de Professora Nível I – Educação Infantil.*

*A Municipalidade alega, em suas razões recursais, que não seria possível determinar a reintegração da autora, por ausência da probabilidade do direito, pois a Constituição Federal prevê, expressamente, que a aposentadoria compulsória é estendida aos empregados públicos.*

*Pois bem.*

*O art. 40, § 1º, II, da constituição Federal prevê o limite de idade para os servidores públicos vinculados ao regime próprio de previdência: (...)*

*Ao seu turno, a Lei Complementar nº 152/2015, que dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, nos termos do referido dispositivo constitucional, afirma que: (...)*

*Por fim, o art. 201, § 16, da Constituição Federal, assim versa sobre o tema:*

*“Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei, a:*

*[...] § 16. Os empregados dos consórcios públicos, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das suas subsidiárias serão aposentados compulsoriamente, observado o cumprimento do tempo mínimo de contribuição, ao atingir a idade máxima de que trata o inciso II do § 1º do art. 40, na forma estabelecida em lei.”*



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*Em suma, conforme dispositivos acima transcritos, a aposentadoria compulsória somente se aplica aos servidores públicos, ocupantes de cargos efetivos e vinculados ao Regime Próprio de Previdência, e aqueles empregados públicos expressamente elencados no art. 201, § 16, da Constituição Federal, situação não aplicável, a princípio, à autora, que é empregada pública, não vinculada ao regime próprio de previdência e que integra o quadro de colaboradores da Administração direta da Municipalidade.*

*Não bastasse isso, apesar da interpretação restritiva, apresentada pela Municipalidade em suas razões recursais, observa-se que o A. STF, em decisões, inclusive, posteriores à EC nº 103/2019 possui pacífico entendimento de que a aposentadoria compulsória não se aplica ao empregado público celetista:*

*DIREITO DO TRABALHO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. EMPREGADO PÚBLICO CELETISTA. AUTARQUIA MUNICIPAL. APOSENTADORIA COMPULSÓRIA. ART. 40, § 1º, II, DA CF. INAPLICABILIDADE AOS SERVIDORES DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que, no caso de empregado público celetista, não se aplica a regra constitucional da aposentadoria compulsória, a qual se destina a servidores públicos titulares de cargos efetivos em sentido estrito. 2. Agravo interno a que se nega provimento. (ARE 1049570 AgR, Relator Ministro ROBERTO BARROSO, j. 08.06.2020)*

*RECURSO EXTRAORDINÁRIO — EMPREGADO PÚBLICO — APOSENTADORIA COMPULSÓRIA — PRECEDENTE PLENÁRIO. Submetem-se à aposentadoria pelo implemento de idade apenas servidores públicos titulares de cargo efetivo, excluídos os empregados públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, cujo vínculo com a Administração é de índole contratual. Precedente: recurso extraordinário nº 786.540, de*



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*relatoria do ministro Dias Toffoli, Pleno, julgado sob a óptica da repercussão geral, acórdão publicado no Diário da Justiça de 15 de dezembro de 2017. AGRAVO – MULTA – ARTIGO 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. Se o agravo é manifestamente inadmissível ou improcedente, impõe-se a aplicação da multa prevista no § 4º do artigo 1.021 do Código de Processo Civil de 2015, arcando a parte com o ônus decorrente da litigância protelatória.*

*(ARE 1113285 AgR, Relator Ministro MARCO AURÉLIO, j. 04.05.2020)*

*Nesse mesmo sentido, decisões deste E. Tribunal de Justiça, inclusive, analisando situações de empregados públicos vinculados ao Município de São Caetano do Sul:*

*“Agravo de instrumento. Ação declaratória com pedido de tutela antecipada. Empregada pública. Professora universitária. Vinculação ao Regime Geral de Previdência Social. Aposentadoria compulsória. Decisão que concedeu a tutela antecipada para suspender o desligamento da autora. Insurgência da requerida. Não acatamento. Inaplicabilidade do artigo 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, aos empregados públicos vinculados ao RGPS. Distinção entre empregados públicos e servidores estatutários. Reconhecimento pelo STF da inaplicabilidade das normas de aposentadoria compulsória previstas para servidores vinculados ao RPPS aos empregados públicos, ressalvados aqueles expressamente abrangidos pelo artigo 201, § 16, da Constituição Federal. Ausência de comprovação nos autos de que a requerente tenha se aposentado pelo RGPS. Precedentes deste Tribunal de Justiça. Decisão mantida. Recurso não provido.”*

*(Agravo de Instrumento 2335084-18.2024.8.26.0000; Relator Desembargador JOSE EDUARDO MARCONDES MACHADO, j.*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

27.01.2025)

*“AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMPREGADO PÚBLICO MUNICIPAL. APOSENTADORIA. Pretensão do autor, empregado público de autarquia municipal, de afastar a aposentadoria compulsória por idade e continuar no exercício de suas funções. Decisão que concedeu a tutela de urgência. Aposentadoria compulsória por idade que se aplica para os empregados públicos apenas nas hipóteses previstas na Constituição Federal. Inteligência do art. 40, § 1º, II, CF, e do art. 201, § 16, CF. Rol constitucional que não abrange os empregados públicos das autarquias municipais, de sorte que se afigura ilegal, a priori, o ato administrativo que impõe a aposentadoria compulsória do autor. Precedentes do E. Supremo Tribunal Federal. Decisão mantida. Recurso não provido.” (Agravado de Instrumento 2204520-48.2024.8.26.0000; Relatora Desembargadora HELOÍSA MIMESSI, j. 08.08.2024)*

*Assim, restou bem evidenciada a probabilidade do direito, requisito necessário para concessão da tutela pleiteada.*

*Do mesmo modo, está presente o perigo especial da demora, na medida em que, a manutenção do ato administrativo impugnado implicaria no afastamento da autora de suas atividades laborais, sem que analisada, detidamente, as particularidades do caso concreto, o que, certamente, culminaria em prejuízos de ordem financeira à parte.*

*Ademais, não se observa o “periculum in mora” inverso, pois, como já destacado na decisão de fls. 111/113, a autora/agravada continuará a exercer suas atividades laborais perante a Municipalidade, justificando a contraprestação financeira que lhe será atribuída.”*





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Assim, *a priori*, como visto, há indicação da probabilidade de provimento do recurso, sendo relevante a fundamentação e, ainda, está evidenciado o risco especial da demora, pois evidentes os prejuízos de ordem financeira à parte, caso mantido o afastamento laboral.

Assim, presentes os requisitos legais (art. 1.012, § 4º, CPC), **DEFIRO** a pretendida tutela de urgência, suspendendo os efeitos da r. sentença, com consequente restabelecimento da tutela de urgência anteriormente deferida, até o julgado do apelo interposto (fls. 189/200 do processo originário).

Comunique-se o Juízo “a quo”, **com urgência**, para as providências necessárias.

2 - Oportunamente, com a vinda dos autos do recurso de apelação, certifique-se, naqueles autos, o teor desta decisão.

Int.

São Paulo, 18 de agosto de 2025.

SPOLADORE DOMINGUEZ  
**Relator**